

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E
ATUÁRIA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

GABRIELA ABUD GUIDOTTI

O TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES: ESTUDO DAS FORMAS DE
APROPRIAÇÃO DE VALOR NO MUNDO DO TRABALHO CAPITALISTA

MONOGRAFIA DE BACHALERADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

SÃO PAULO
JUNHO/2022

GABRIELA ABUD GUIDOTTI

**O TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES: ESTUDO DAS FORMAS DE
APROPRIAÇÃO DE VALOR NO MUNDO DO TRABALHO CAPITALISTA**

Monografia submetida à apreciação de
banca examinadora do Departamento de
Economia, como exigência parcial para
obtenção do grau em Bacharel em
Ciências Econômicas, elaborada sob a
orientação da Professora Dra. Regina
Maria d'Aquino Fonseca Gadelha

**SÃO PAULO
JUNHO/2022**

O autor desta obra autoriza sua publicação eletrônica na Biblioteca Digital da PUC-SP. Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar o nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica.

Guidotti, Gabriela Abud.

O trabalho e suas transformações: estudo das formas de apropriação de valor no mundo do trabalho capitalista / Gabriela Abud Guidotti – São Paulo, 2022, 38 p.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas.

Orientador: Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha

1. Trabalho
2. Transformações
3. Capitalismo
4. Valor
5. Exploração do trabalho

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária

BANCA EXAMINADORA

Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores da PUC-SP, alguns dos quais são responsáveis por grandes inspirações e descobertas na minha trajetória profissional e pessoal. Espero, um dia, fazer jus a toda dedicação e entusiasmo com que me passaram seus valiosos ensinamentos.

À minha orientadora, professora Dra. Regina Maria d'Aquino Fonseca Gadelha, pelas trocas e direcionamento, por todo o apoio durante o processo.

Aos meus amigos. Àqueles que que cruzaram meu caminho e o marcaram. Agradeço, sobretudo, aos que decidiram caminhar junto. Em especial, Thiago Gallian, meu inseparável e inestimável amigo, e Marcelo Maluf, meu maior entusiasta e companheiro em cada passo dado durante esses anos.

Agradeço à minha família. Aos meus pais, Lilian e Alberto, que torcem e celebram cada etapa concluída, por todo apoio e carinho. À minha irmã, Isabela, minha companheira das descobertas da vida. Aos meus avós, Fuad, Maria Dulce, Adelina e Adriano.

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída –
Quem a reconstruiu tantas vezes? Em
que casas
Da Lima dourada moravam os
construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite
em que
A Muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do
triunfo.
Quem os ergueu? Sobre quem
Triunfaram os Césares?
A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para seus
habitantes? Mesmo na lendária Atlântida
Os que se afogavam gritaram por seus
escravos
Na noite em que o mar a tragou.
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Filipe da Espanha chorou, quando sua
Armada
Naufragou. Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete
Anos.
Quem venceu além dele?
Cada página uma vitória.
Quem cozinhou o banquete?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?
Tantas Histórias.
Tantas questões.

(Bertolt Brecht)

Guidotti, Gabriela Abud. *O trabalho e suas transformações: estudo das formas de apropriação de valor no mundo do trabalho capitalista*. São Paulo, 2022. Monografia de Bacharelado (Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

O presente trabalho busca discutir as transformações do trabalho no modo de produção capitalista, como forma de aumentar a exploração da força de trabalho e, desse modo, a apropriação do valor pelo capital. As diferentes formas de organização e estruturação do trabalho são ferramentas utilizadas para aumentar constantemente a obtenção de mais-valia. As inovações tecnológicas e a evolução dos meios de produção promovem mudanças nas condições de trabalho e na sua forma de exploração e apropriação. O trabalho no capitalismo é caracterizado, portanto, por sua dimensão reificada e desumanizadora. As contradições intrínsecas do próprio modo de produção se manifestam no mundo do trabalho. Trabalhos precários, informais e alto nível de desemprego fazem parte do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, mas representam, também, empecilhos para a reprodução do capital. São, então, instrumentos para sua superação. Tais contradições se manifestam de maneiras diferentes nos países capitalistas, a partir de suas condições históricas de desenvolvimento específicas.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; Valor; Capitalismo; Transformações; Exploração do trabalho.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the labor's transformations in the capitalism mode of production, as a way of the capital to increase the labor power's exploitation. The different forms of labor organization and structuralization are tools used for increasing constantly the achievement of the surplus value. The new technological innovations and the evolution of the means of production leads to changes in the labor's conditions and in their form of exploitation and appropriations. The labor in the capitalism is defined by their reification and dehumanize dimension. The intrinsic contradictions of this the mode of production manifest themselves in the labor's world. Precarious and informal jobs, and a high level of unemployment are part of the capitalists' productive forces development but are also an obstacle for the capital reproduction. In this way, they are instruments of their overcoming. This contradictions manifests in different ways in the capitalists' countries, due to their specific historical development conditions.

KEYWORDS: Labor; Value; Capitalism; Transformations; Labor exploitation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: O TRABALHO REIFICADO	3
1.1 - A REIFICAÇÃO DO TRABALHO	5
1.2 - TRABALHO, ALIENAÇÃO E CAPITAL	7
CAPÍTULO 2: A CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO.....	14
2.1 - CONCORRÊNCIA CAPITALISTA E PRODUTIVIDADE DO TRABALHO .	17
2.2 - TRABALHO E TECNOLOGIA	19
2.3 - AS NOVAS FORMAS DO TRABALHO	20
CAPÍTULO 3: AMÉRICA LATINA: OUTRAS PERSPECTIVAS	22
3.1 - MÃO DE OBRA MARGINAL.....	24
3.2 - A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Média de horas semanais trabalhadas usualmente no trabalho principal (por país).....	29
Gráfico 2 - Produtividade por hora de trabalho (2017).....	30
Gráfico 3 - Evolução no tempo: produtividade por hora de trabalho (1950-2017)	30

INTRODUÇÃO

O trabalho humano é, nas grandes escolas do pensamento econômico, central para entender a produção de riqueza. Ele é responsável por transformar a natureza, produzindo e reproduzindo as condições da vida material. Mas na sociedade capitalista, o homem deixa de trabalhar para satisfazer suas necessidades e se volta apenas para a reprodução do capital. O trabalho perde, assim, seu caráter humanizador e se torna sinônimo de exploração e subordinação. E, apesar de ser requisito para a inserção social e responsável por constituir alguns dos principais valores do mundo moderno, não está disponível para todos.

Na presente monografia será estudado, portanto, os contornos e transformações do trabalho dentro do modo de produção capitalista, posto que este é um conceito fundamental para compreender as sociedades humanas.

No primeiro capítulo será tratada a dimensão reificada do trabalho capitalista. Isto é, como o trabalho se transforma em uma forma de objetificação do trabalhador e suas qualidades, uma vez que é valorizado o valor de troca dos bens produzidos em detrimento ao seu valor de uso. Veremos também os mecanismos e ferramentas que o capital se utilizou na história para aumentar a exploração dos trabalhadores e, dessa forma, seu lucro.

No segundo capítulo será abordada a problemática da sociedade capitalista contemporânea, a qual exclui grande parte dos seus trabalhadores do processo de produção e, conseqüentemente, de consumo, mesmo sendo este a condição de sua sobrevivência. Explicitaremos, então, uma das contradições do modo de produção capitalista mais evidente nos dias de hoje.

As transformações do trabalho não aparecem, contudo, da mesma forma nos diferentes países; isso porque suas condições não são as mesmas em todos os lugares do mundo. Assim, o terceiro capítulo abordará as manifestações das contradições do capital nos países da periferia do capitalismo, com enfoque na América Latina. Isto é, será utilizado o par conceitual de centro e periferia, visto que são evidentes as disparidades entre as nações capitalistas, especialmente no mundo do trabalho. Serão analisados tanto a estrutura produtiva desses países, que projetam a composição da força de trabalho, como as circunstâncias

da exploração – ou seja, como estar na periferia do capitalismo implica em novos contornos para as condições do trabalho.

Busca-se, por fim, entender o capitalismo como um sistema que produz desigualdades e exploração como forma de sobrevivência, de continuar funcionando e se expandindo.

CAPÍTULO 1

O TRABALHO REIFICADO

O trabalho é considerado a mais primitiva e primordial atividade humana. É através dele que o homem se torna capaz de viver e se reproduzir. Por meio do trabalho, o homem se relaciona com a natureza, transformando-a e transformando a si. E, em busca de atender às suas necessidades e produzir coisas úteis, ele interage com outros indivíduos. O trabalho é, portanto, fundamental para compreender toda e qualquer sociedade inserida na história, pois nele se encontram seus fundamentos materiais – sendo estes centrais na análise da realidade social e sua organização. (Garcia; Moreira, 2020, p. 856).

Para entender cada período histórico e seu processo de reprodução da vida humana é essencial analisar como se dá a distribuição dos meios de produção e a divisão do trabalho nesta sociedade. Cada modo de produção está ligado a um modo de organização das relações sociais em uma determinada época.

A atividade teleológica exprime a liberdade humana que transforma a natureza, inovando a realidade e criando o mundo no qual efetivamente vive. É neste ponto que a crítica ontológica é uma crítica da lógica materialista do mundo e da lógica de produção capitalista do trabalho em especial. Segundo Lukács o trabalho abstrato, por exemplo, somente existe no capitalismo. (Ibidem, p. 857)

No sentido marxista dessa citação, o trabalho realiza o homem em sua dimensão ética, mas as diversas formas históricas são responsáveis por aliená-lo. Ou seja, o trabalho, antes caracterizado como elemento humanizador, torna-se um elemento de subordinação ao capital; ao invés de proporcionar a realização do ser humano, o trabalho gera, no modo de produção capitalista, sofrimento e miséria para a classe trabalhadora.

A partir de então o trabalho é fundamento da sociedade humana e produz valor de uso. Lukács vê a inter-relação entre homem-objeto e natureza e demonstra a diferença entre o comportamento do trabalho com o do animal. Aparece a figura da produtividade do trabalho, com a jornada de trabalho e apropriação do tempo

pelo capitalismo. Essa relação de trabalho-capital e tempo apropriado é central na visão de Lukács. Pois quanto mais um trabalhador produz, no sistema capitalista, maior é seu valor de uso, com a mesma intensidade (produtividade não se confunde com intensidade). (Ibidem, p. 859)

A humanidade é perdida a partir de uma sociabilidade do capital cada vez mais indireta; isso porque a relação social direta é entre as mercadorias e esta é responsável por mediar a relação entre os homens.

Uma vez objetivada, coisificada, ela opera independentemente da vontade ou do controle do produtor. Em suma, na sociedade do capital o sentido da produção está perdido para o produtor no próprio ato da produção mercantil. (Ibidem, p. 873).

O modo de produção capitalista promove, portanto, a reificação do homem e da sua consciência a partir do fetichismo da mercadoria. O valor de troca dos bens produzidos pelos trabalhadores é valorizado em detrimento ao seu valor de uso – de sua função primordial em atender as necessidades humanas. Assim, posto que o objetivo do trabalho é a troca das mercadorias produzidas, sendo estas necessárias ou não, as qualidades do trabalhador se separam do próprio trabalho e se perdem. (Carvalho; Santos; Rabelo, 2018, p. 187). O valor do trabalho, o seu custo em termos de esforço dispendido, assim como a sociabilidade entre as pessoas são todos objetificados, tendo a mercadoria como termo de referência.

Dessa forma, quanto mais riqueza os trabalhadores produzem, mais pobres se tornam, pois são expropriados do produto de seu próprio trabalho. O próprio trabalhador também é transformado em uma mercadoria:

O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias no geral. (Marx, 2004, p. 80).

Além disso, a divisão do trabalho e a mecanização progressiva dos meios de produção eliminam as características que distinguem e humanizam os trabalhadores entre si como seres produtivos, destroem as mediações entre o trabalhador e o produto do seu próprio trabalho. (Machado, 2017, p. 51).

1.1 - A REIFICAÇÃO DO TRABALHO

As últimas décadas foram marcadas pelo crescimento em escala mundial do desemprego e a generalização de formas precarizadas de trabalho, além do surgimento de novas e transformadoras tecnologias, isto é, de um grande salto tecnológico. O debate contemporâneo sobre a reificação do trabalho dialoga, então, com as transformações que o mundo do trabalho contemporâneo tem sofrido nos últimos anos: a desproletarização do trabalho industrial nos países de capitalismo avançado, ou seja, a diminuição da classe operária industrial tradicional, juntamente com uma subproletarização a partir do trabalho terceirizado, precário e informal, como o fenômeno da “*uberização do trabalho*”.

O conceito lukacsiano de Reificação, que se baseia em Marx, é, portanto, essencial para compreender a alienação dos trabalhadores dentro do modo de produção capitalista. E, analisar o trabalho no capitalismo, é indispensável para refletir sobre o processo de humanização e realização dos homens, uma vez que o trabalho é considerado uma categoria central, fundante do ser social.

Para Garcia e Moreira, Lukács considera o domínio do tempo a mais crucial forma apropriação que o capital exerce, pois, para o capitalismo, a economia do tempo é um fim estratégico, pois para o capitalismo a economia do tempo é um fim estratégico, pois impede a redução da jornada de trabalho para a maioria da população, intensifica o processo produtivo dentro e fora da jornada convencional e orienta, também, o gasto do tempo para o consumo.

A impossibilidade de generalização do processo de universalização do homem (humanização) para todos os seres singulares é consequência do atual estágio de desenvolvimento social, no qual o trabalhador é alienado de seu *ser genérico*, do produto de seu processo de *objetivação*. Esse entrave é notado por uma lei de tendência trans-histórica, em que o se busca cada vez maior ganho de tempo no trabalho. (Ibidem. Ibidem, p. 872).

O capital busca aumentar os modos de controle e de subordinação, se apropriando da dimensão cognitiva e intelectual do trabalho e exigindo cada vez maior “envolvimento” e “cooperação” do trabalhador, os quais são coagidos ainda mais com o crescente desemprego, subproletarização e precarização.

... mesmo com a atomização e desterritorialização do processo de trabalho na nova empresa flexível, onde a subjetividade do trabalhador é capturada em virtudes empreendedoras, a ideologia hegemônica não conseguiu convencer totalmente que

os trabalhadores desapareceram. Para aqueles que proclamaram solenemente o fim da categoria social do trabalho, o recrudescimento da crise de acumulação do capital nesta quadra da história tem revelado que o sistema do capital precisa de maneira vital do trabalho e dos trabalhadores. (Ibidem, p. 877)

Para Ricardo Antunes (2009), apesar de ser um equívoco imaginar o fim do trabalho na sociedade produtora de mercadorias, é necessário entender as profundas mudanças no mundo do trabalho provocadas pelas transformações que a sociedade contemporânea vem apresentando nas últimas décadas, juntamente com a crise do capital. A lógica do sistema produtor de mercadorias converte a concorrência e a busca da produtividade em um processo destrutivo, o qual gera enorme precarização do trabalho e aumento gigantesco do exército industrial de reserva, além da deterioração da relação entre homem, natureza e tecnologia. De acordo com Antunes, o capital opera, portanto, no aprofundamento da separação entre a produção, voltada para o atendimento das necessidades humanas, e as necessidades de sua própria autorreprodução.

Sendo um modo de metabolismo social totalizante e em última instância incontrolável, dada a tendência centrífuga presente em cada microcosmo do capital, esse sistema assume cada vez mais uma lógica essencialmente destrutiva. Essa lógica, que se acentuou no capitalismo contemporâneo, deu origem a uma das tendências mais importantes do modo de produção capitalista, que Mészáros denomina taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas. (Antunes. 2009, p. 27).

A tendência de redução do valor de uso das mercadorias, juntamente com a aceleração do ciclo de reprodução e de seu valor de troca, vem se acentuando desde os anos de 1970, com a busca do capital de encontrar uma alternativa à sua crise de crescimento. Porém o sistema metabólico social do capital – expansionista, mundializado e incontrolável – assume uma estruturação crítica profunda, uma crescente tendência de crise estrutural. Além disso, ao conceber que a forma contemporânea do trabalho como expressão do trabalho social, o qual é mais *“complexificado, socialmente combinado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos”* (Ibidem, p. 119), Antunes defende que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos trabalho estável e cada vez mais sua forma diversificada, como a *part time* e a terceirização. Assim,

apesar de ser considerável a redução do trabalho vivo em relação ao trabalho morto, escreve,

...o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização da produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho em tempo cada vez mais reduzido. (Ibidem. Ibidem).

Para entender o mundo do trabalho é, portanto, necessário discorrer sobre as relações de trabalho, isto é, a interação entre as diferentes classes do sistema capitalista, ou seja, a classe dos empresários, donos dos meios de produção, e os trabalhadores assalariados, proprietários apenas da força de trabalho.

A força de trabalho se torna mercadoria no sistema capitalista e seu uso sistemático pelo capital permite que este se reproduza através da mais-valia. O trabalho social é, então, convertido em trabalho social alienado, voltado exclusivamente para a produção e reprodução do capital. Sendo assim, o trabalho e a mão de obra são organizados exclusivamente em torno da produção de valores de troca de mercadorias que permitem ao capital poder social e dominação de classe.

1.2 - TRABALHO, ALIENAÇÃO E CAPITAL

A contradição entre capital e trabalho é característica fundamental e constante do capitalismo, mas esta se manifesta de diferentes maneiras, isto é, assume formas diferentes com o passar do tempo. Em *17 contradições e o fim do capitalismo* (2016), David Harvey aponta as contradições entre a tecnologia e o trabalho humano. Em busca de vantagens competitivas, as inovações tecnológicas são um “*fetice do desejo capitalista*”. (Harvey, 2016, p. 96). As novas tecnologias se tornam essenciais para a construção de outras novas tecnologias e, dessa forma, se convertem em um modelo orgânico e autônomo, impondo mudanças profundas e adaptações. Dentre várias funções, a tecnologia e suas inovações agem também no controle da mão de obra.

Para sustentar a lucratividade e a acumulação, o capital busca controlar o trabalhador, seja no processo produtivo ou no mercado de trabalho. Assim, as inovações tecnológicas desempenham o papel de limitar e controlar tanto a

eficiência física, como a autodisciplina, a qualidade da mão de obra disponível no mercado, os hábitos culturais e a mentalidade dos trabalhadores.

A fantasia capitalista do controle total sobre o trabalho e o trabalhador têm suas raízes nas circunstâncias materiais, principalmente na dinâmica da luta de classes em todas as suas manifestações, tanto dentro quanto fora do processo de produção. O papel do desemprego tecnologicamente induzido na regulação dos salários, a busca de produtos cada vez mais baratos para sustentar a mão de obra (fenômeno Walmart), a fim de tornar mais aceitáveis os baixos salários, a crítica a qualquer proposta de trabalho social (como se fosse um incentivo ao ócio) e outras manobras semelhantes constituem um domínio da luta de classes em que as invenções e mediações tecnológicas são cruciais. (Ibidem. Ibidem, p.103).

No entanto, a contradição se dá uma vez que quanto mais dispositivos de economia de trabalho são utilizados, ou seja, ao substituir os trabalhadores por máquinas, o trabalho social – de onde se obtêm o lucro – também se reduz. Além disso, o impacto das inovações tecnológicas na disponibilidade de emprego levará a demanda agregada por bens e serviços ao colapso, pois os empregos e, conseqüentemente, os salários desaparecerão. Em resumo, o trabalho social está se tornando cada vez mais insignificante como motor econômico do capitalismo, juntamente com uma população em sua maioria descartável do ponto de vista do capital.

Harvey discorre sobre a divisão de trabalho utilizada pelo capital ao longo da história a fim de garantir seus interesses, isto é, para sustentar vantagens comparativas e lucratividade. Isso porque, para o capital, é vantajoso que o mercado seja segmentado e competitivo – visto que impede a organização dos trabalhadores e os enfraquece. Os ganhos obtidos pelo capital pela divisão detalhada e divisão social do trabalho se dão à custa do bem-estar dos trabalhadores:

O trabalho, como sugere Marx, é reduzido a um “*fragmento de homem*” em virtude de sua ligação com uma posição fixa dentro de uma divisão cada vez mais complexa de trabalho. Os trabalhadores são isolados, individualizados, alienados uns dos outros pela competição, alienados de uma relação sensual com a natureza (tanto de sua natureza como seres humanos sensuais e passionais quanto da natureza do mundo exterior). (Ibidem, p. 121).

É evidente que o capital busca diferentes formas ao longo da história de se apropriar do valor e de aumentar cada vez mais sua exploração. De acordo com Harvey, o mundo do trabalho se transformou rapidamente a partir do final do século XVIII com a Revolução Industrial, a qual foi caracterizada principalmente pelo surgimento das primeiras máquinas a vapor, da mecanização da produção, da energia do carvão e do ferro e da formação da força de trabalho. Desde seu início, o capitalismo tendeu a expropriar o trabalhador seja de sua comunidade ou de seu ofício; a introdução das máquinas no processo produtivo dispensa parte dos trabalhadores e diminui o preço das mercadorias com a produção em maior escala – impedindo a concorrência dos artesãos. (Oliveira, 2004, p. 92).

O surgimento da indústria proporcionou, portanto, grandes alterações, principalmente nas relações de trabalho e no processo de produção das mercadorias. Com a maquinaria e a divisão do trabalho, o trabalhador foi afastado do conhecimento do processo produtivo e submetido ao capital; este, por sua vez, se liberta da dependência dos limites orgânicos e da habilidade dos homens. (Marx, 2011a, p. 454). Assim, a busca pelo lucro – o principal objetivo da toda a produção capitalista – estimula o surgimento de novas transformações técnicas e científicas. Isso porque a revolução dos meios de produção e, conseqüentemente, as transformações das relações de produção, se relacionam com o processo de expansão capitalista e de adequação das formas de trabalho ao seu crescimento.

Para David Harvey (1992), a orientação para o crescimento capitalista está apoiada na exploração do trabalho vivo na produção, ou seja, da exploração da força de trabalho. Dessa maneira, se torna necessária o surgimento de novas formas de controle sobre a força de trabalho, para que o capitalismo possa se manter em constante expansão. (Ribeiro, 2015, p. 65-6).

Esta é a lógica da acumulação do capital, que conduziu o engenheiro mecânico de Filadélfia, Frederick Taylor, a publicar a obra *best-seller*, *Os Princípios da Administração Científica* (1911), na qual ensina como extrair a máxima produtividade do trabalhador e adequá-lo cada vez mais aos interesses do capital. Taylor é considerado o "pai" da moderna Gerência Científica. Desde final do século XIX já se verificava um enorme aumento do tamanho das empresas, o início da organização monopolista da indústria e uma sistemática

aplicação da ciência na produção. O chamado Taylorismo criou, então, métodos de organização do trabalho, visto que este é o elemento flexível e não a automação. (Ibidem, p. 66).

Para Taylor, a reunião dos trabalhadores cria a necessidade de comando e, portanto, propõe uma gerência que desenvolvesse através de métodos de experimentação do trabalho, regras e maneiras padrões de execução mais eficientes, ou seja, impondo intenso controle dos movimentos de trabalho do operário. O método de Taylor aprofunda a dissociação do trabalhador da máquina e o estudo do trabalho é feito somente por aqueles que administram. Dessa maneira, o trabalhador é expropriado de sua capacidade de concepção, reduzido aos atos mais simples de execução – a apenas um movimento. A Gerência Científica está fundamentalmente ligada à expropriação do saber do trabalhador, com acentuada divisão entre execução e concepção.

Tornar a execução e a concepção esferas separadas do trabalho e, para isso, reservar à gerência e obstar aos trabalhadores o estudo dos processos de trabalhos, tornando-os meros operadores de tarefas simplificadas, sem a compreensão dos raciocínios técnicos, é uma forma não só de assegurar o controle do processo de trabalho pela gerência como, também, de baratear a força de trabalho. (Ibidem, p. 67).

O Fordismo é considerado uma continuação e intensificação do processo de controle de trabalho iniciado com Taylor. A introdução da esteira rolante proporcionou enormes ganhos de produtividade, uma vez que fixava o trabalhador em uma única posição e controlava o ritmo do trabalho. Mas a implementação do Fordismo não significou apenas um novo modo de organização racional do trabalho e da produção. Sua maior diferença com o Taylorismo é um projeto de hegemonia: constituiu um novo tipo de trabalhador e um novo modo de vida. (Ibidem, p. 69-71).

Já no final dos anos sessenta, o modelo fordista mostra claros sinais de esgotamento, com perdas brutais de produtividade e o desgaste da classe trabalhadora. Assim, as características de gerenciamento do trabalho do Toyotismo, que já estavam em processo, despontaram com o ápice da crise do capital e abrangeram as relações sociais como um todo. O Sistema Toyota de Produção, que foi ancorado no *just-in-time* e na automação com um toque

humano, tinha o objetivo de eliminar absolutamente o desperdício e superar o modelo de produção em massa americano.

O modo tradicional de fornecer materiais a partir do processo inicial para o processo final da produção foi transferido no sentido inverso, sendo interrompido em situações de irregularidades, eliminando o desperdício da produção em massa convencional e potencializando a força de trabalho na supervisão de várias máquinas ao mesmo tempo. Tais fundamentos desenvolveram a ideia do trabalho em equipe, dos círculos de controle da qualidade (CCQs), da multifuncionalidade, da flexibilidade e do estímulo à iniciativa do trabalhador, e que já estavam presentes no modelo fordista, ainda que de forma embrionária e não sistematizada. (Batista, 2008, p. 10).

O sistema Toyota agiu intensificando ainda mais o trabalho, ampliando as dimensões de sua exploração, uma vez que, além das técnicas desenvolvidas no Taylorismo e Fordismo, sistematizou, também, técnicas de apropriação da subjetividade do trabalhador. Os rodízios e tarefas foram sofisticados, mas, principalmente, a dimensão subjetiva dos trabalhadores passa a ser essencial para a produção. (Ibidem, p. 11). Posteriormente, sistemas como *just-in-time*, *kanban*, CCQs (círculos de controle de qualidade) buscam eliminar os tempos mortos da produção. As operações se tornam mais flexibilizadas, assim como a força de trabalho, que passa a envolver a iniciativa e multifuncionalidade do operário. Mas essa suposta participação do trabalhador, ou seja, a não separação entre execução e concepção, mascara os objetivos intrínsecos do capital. De acordo com Ricardo Antunes, citado por Andressa de F. Ribeiro: "*Se alguns pensadores consideram que o modelo japonês recuperou a unidade entre concepção e execução, permitindo ao trabalhador usar sua capacidade de iniciativa e criatividade*". (Ibidem. p. 75). Antunes (2002) alerta que:

A necessidade de pensar, agir e propor dos trabalhadores deve levar sempre em conta os objetivos intrínsecos da empresa, que aparecem muitas vezes mascarados pela necessidade de atender ao mercado consumidor. Mas, sendo o consumo parte estruturante do sistema produtivo de capital, é evidente que defender o consumidor e sua satisfação é condição necessária para preservar a própria empresa. (Antunes. *Apud* Ribeiro. Ibidem. Ibidem).

Fica claro, pela fala de Antunes, que *"a subjetividade que emerge da fábrica, quanto à participação do trabalhador no processo produtivo, é inautêntica e estranha. Estranha em relação ao que se produz e para quem se produz"*, salienta Ribeiro. (Ibidem. Ibidem).

No artigo "Toyotismo como ideologia orgânica da produção", Giovanni Alves salienta que o capital continua dependendo da destreza manual e da subjetividade dos homens. Enquanto a produção de mercadorias depender da presença de trabalho vivo, os mecanismos para integração e controle do trabalho se mostram indispensáveis, sobretudo devido ao antagonismo entre as necessidades do capital e as necessidades do trabalho assalariado, ou seja, devido a contradição fundamental entre capital e trabalho. (Alves, 2000, p. 13).

Nos dias atuais, as transformações tecnológicas projetam mudanças importantes no mundo do trabalho e na sociedade como um todo. A associação entre a tecnologia e um processo de flexibilização da produção, isto é, uma desconcentração produtiva, produz um momento de "acumulação flexível". Esta é baseada na flexibilidade, tanto dos mercados de trabalho, como dos produtos e dos padrões consumo. (Antunes, 2006 p. 21). Assim, novas funções e habilidades são requeridas ao trabalhador, simultaneamente a um processo de fragmentação e heterogeneização da força de trabalho. Ocorre, sobretudo, a desqualificação e a precarização do trabalho industrial e de serviços, a partir da massiva integração do trabalho intelectual aos novos processos produtivos (Marques, 2013, p. 108).

As transformações tecnológicas têm sido caracterizadas por uma nova era de automação associadas às mudanças e avanços nos sistemas de comunicações e de suas redes, no processo de sensorização na capacidade de acumulação e processamento de dados dos computadores (*Big Data*), no desenvolvimento da Robótica, nos avanços na inteligência artificial, no desenvolvimento do aprendizado das máquinas (*Machine learning*) e no processo da crescente digitalização da economia. (Gimenez; Santos, 2019, p. 2).

A chamada Indústria 4.0 projeta grandes impactos no futuro das formas de criação de valor e na reorganização do trabalho. Além disso, tais transformações têm ocorrido num contexto de um capitalismo desregulado, com acirramento da concorrência internacional e em um processo de globalização do

sistema mundial de produção, isto é, com o crescimento e aumento de importância das cadeias globais de valor. (Ibidem. Ibidem, p. 8).

De acordo com a análise desses autores, na atual fase de globalização, essas transformações provocam uma maior assimetria na divisão internacional do trabalho, e afetam as regiões de maneiras extremamente distintas, podendo acentuar e criar ainda maiores dificuldades para países de menor nível de desenvolvimento produtivo e tecnológico.

CAPÍTULO 2

A CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO

As grandes transformações das últimas décadas suscitaram debates e controvérsias a respeito da centralidade da categoria trabalho. É, porém, evidente que na sociedade capitalista apenas o trabalho assalariado garante direitos fundamentais à vida humana - a cidadania social -, além deste ser responsável por constituir alguns dos principais valores do mundo moderno. Isto é, ele permite a inserção social, o acesso aos meios de sobrevivência e representa a busca por um ideal de realizações e conquistas por meio do esforço individual. (Silva, 2010, p. 180-1).

Segundo André Gorz (2003), o trabalho moderno, generalizado no industrialismo, é caracterizado por ser uma atividade realizada na esfera pública, útil para toda a sociedade. Assim, é pelo trabalho remunerado que se cria existência e identidade dentro da sociedade, sendo, portanto, o fator mais importante da socialização.

No entanto, a crise da sociedade do trabalho se dá a partir do desaparecimento, ou, ao menos, da perda de importância e dificuldade de acesso ao trabalho assalariado capitalista. Josué Pereira da Silva (2010) explica o declínio do lugar do trabalho moderno:

E isto por várias razões: primeiro, porque com a subdivisão e desqualificação ele se tornou uma atividade monótona e incapaz de fornecer condições de auto-realização para quem o pratica; segundo, porque sua diminuição (traduzida em massivo desemprego) vem impedindo que um número crescente de indivíduos sequer ingresse no mercado de trabalho; terceiro porque, com o aumento do tempo livre e do desemprego, ele reduz sua participação relativa no conjunto do tempo social, deixando de ser a atividade mais importante na vida dos cidadãos das sociedades desenvolvidas. (Ibidem, p. 179).

Em um cenário de níveis recordes de desemprego, trabalho desqualificado e com uma grande parte da população excluída do mercado de

trabalho, se consolida uma grande contradição: uma sociedade do trabalho sem trabalho.

O Grupo Krisis, que representa nomes como de Robert Kurz, argumenta no *Manifesto contra o trabalho* (2003) que este está em sua etapa final: “*um cadáver domina a sociedade – o cadáver do trabalho*”. (p. 15). Para eles, o fim da sociedade do trabalho é uma variável da própria instabilidade e lógica do funcionamento da sociedade capitalista. É, portanto, uma crítica à onda neoliberal e à intensificação do desemprego, tendo como objetivo primordial a superação do trabalho, e não seu reavivamento.

Pois a sociedade dominada pelo trabalho não passa por uma simples crise passageira, mas alcançou seu limite absoluto. A produção de riqueza desvincula-se cada vez mais, na sequência da revolução microeletrônica, do uso de força de trabalho humano – numa escala que há poucas décadas só poderia ser imaginada como ficção científica. [...] A venda da mercadoria força de trabalho será no século XXI tão promissora quanto a venda de carruagens de correio no século XX. Quem, nesta sociedade, não consegue vender sua força de trabalho é considerado “supérfluo” e é jogado no aterro sanitário social. (Grupo Krisis, 2003, p. 15-16).

De acordo com Ricardo Antunes, Robert Kurz, em sua polêmica obra *O Colapso da Modernização* (1993), coloca como questão central o fetichismo da mercadoria – não a luta de classes – e, a partir disso, tece uma crítica aos países do Leste Europeu, apontando um culto ao trabalho abstrato e a conservação das categorias de mercado, ou seja, a concorrência e a lógica do sistema mundial produtor de mercadorias que acarretaram ao fracasso do socialismo real. (Antunes, 1994, p. 135-6). Tal fato, segundo Kurz, representa uma crise iminente da sociedade do trabalho moderno como um todo, posto que:

Faz parte da lógica desse sistema o fato de que os seus componentes mais fracos, no que se refere à produtividade e ao entrelaçamento, são os primeiros a cair no abismo de colapso do sistema; mas, mais cedo ou mais tarde, a penetração das ciências que passa dos limites lógicos do sistema produtor de mercadorias ocorrerá também no Ocidente, sendo os indícios disso perceptíveis a muito tempo. (Kurz. *Apud* Antunes, Idem, p. 90).

Apesar de muitas críticas ao seu pensamento, sobretudo a respeito de sua análise das sociedades do Leste e do colapso da modernidade por ele

preconizado, Robert Kurz se insere na categoria de críticos da centralidade do trabalho no mundo capitalista contemporâneo, se aproximando de autores como André Gorz e Claus Offe.

É, contudo, fundamental situar a crítica da sociedade do trabalho no esgotamento do trabalho abstrato, e não do trabalho como atividade criadora de valores de uso, concreta e desfetichizada. De acordo com Ricardo Antunes: *“para Marx era imprescindível o resgate da dimensão concreta do trabalho, enquanto atividade vital, enquanto fonte criadora de valores de uso socialmente necessários, enquanto protoforma da atividade humana, para lembrar o velho Lukács”*. (Antunes, Idem, p. 139).

Diferentemente de Kurz, que não vê saída emancipadora da crise a partir das forças do trabalho e não considera as reações conservadoras do capital visando controlar a crise estrutural dos anos setenta e permanecer em sua lógica de reprodução, Ricardo Antunes explicita a reação do capital, como em situações em que o desemprego estrutural promove uma depressão acentuada no mercado consumidor e, dessa maneira, compromete o processo de acumulação e valorização do capital (Idem, p. 141). A respeito da ação do trabalho, Antunes coloca:

A superação da sociedade do trabalho abstrato, nos termos que estamos aqui sugerindo, requer como condição o reconhecimento do papel central do trabalho assalariado, da classe-que-vive-do-trabalho como sujeito potencialmente capaz, objetiva e subjetivamente, de caminhar para além do capital. (Idem, 2006, p. 88).

Assim, o processo de superação da crise da sociedade do trabalho abstrato tem como peça fundamental a classe trabalhadora, que, apesar de *“fragmentada, heterogeneizada e complexificada”* (Idem. Idem), não caminha no sentido de sua extinção. Antunes defende a centralidade do mundo do trabalho e, enfatiza, então, a possibilidade de emancipação pelo trabalho como central na busca de uma nova sociedade, na luta contra a lógica de acumulação de capital e do sistema produtor de mercadorias. Para o autor, a crise contemporânea é, na realidade, do capital; isto é, uma crise do trabalho abstrato, do sistema produtor de mercadoria. (Alves, Ibidem, p. 183).

2.1 - CONCORRÊNCIA CAPITALISTA E PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

A partir da Segunda Guerra Mundial, a concorrência capitalista, isto é, a competição econômica que induz as empresas a buscarem maior eficácia, revolucionando o trabalho, a técnica, os produtos de maneira contínua, desde o início do capitalismo, atinge um novo estágio, devido fundamentalmente à combinação entre a investigação científica e o processo produtivo. A concorrência do mercado mundial passa a exigir um novo padrão de produtividade, promovendo a desativação econômica daqueles – empresas, países ou regiões –, que não são capazes de aderir tais gastos em tecnologia e em infraestrutura. (Schwarz. In: Kurz, 1993, p. 10-1).

O caráter excludente das novas forças produtivas também diz respeito à dispensa, em números absolutos, de trabalhadores. O aumento da produtividade representa, portanto, uma diminuição da capacidade de exploração da força de trabalho pelo capital. *“Assim, combinada à concorrência global, a produtividade contemporânea leva de vencida e torna obsoleta grande parte das atividades produtivas do planeta, o que nas novas condições é o mesmo que as inutilizar.”* (Idem. Idem, p. 12).

Para o grupo *Krisis*, assim como para André Gorz, a revolução microeletrônica inaugura a era de abolição do trabalho, sendo um reflexo de uma contradição intrínseca ao próprio modo de produção capitalista – a qual é responsável por todas as crises no capitalismo. (Grupo *Krisis*, Idem, p. 59-60). Isso porque, de um lado, o sistema utiliza no processo de produção a força de trabalho humano, isto é, a única forma de produzir valor, e, de outro, induz, pela lei da concorrência empresarial, um aumento de produtividade que se materializa com a substituição da força de trabalho humano pela mecanização do processo produtivo e investimento em novas tecnologias. Assim, a taxa de rentabilidade do capital e, conseqüentemente também a taxa de lucro caem, a partir do próprio processo de acumulação capitalista, reduzindo também as possibilidades de investimento lucrativo.

A crise do modo de produção capitalista, decorrente das insuficiências e contradições internas ao próprio processo de reprodução econômica do capital, se dá, portanto, de maneira dialética. Fernanda Dillenburg (2018) explica tal processo: as esferas produtivas menos desenvolvidas tecnologicamente produzem maior massa de mais-valia em relação ao capital adotado em

comparação às esferas mais desenvolvidas tecnologicamente. Isso ocorre uma vez que uma maior proporção de força de trabalho representa, conseqüentemente, uma maior proporção do único elemento no processo de trabalho que produz mais-valia. (Dillenburger. 2018, p. 228).

A partir da concorrência intercapitalista, uma parte dessa mais-valia produzida nas esferas mais atrasadas é, contudo, transferida para as esferas mais desenvolvidas tecnologicamente. Os capitalistas buscam, então, reduzir o preço de custo investindo em novas tecnologias para reduzir o valor das mercadorias, isto é, a quantidade de trabalho necessária para produzi-las (Ibidem. Ibidem, p. 228-31).

...a tendência à queda da taxa de lucro aparece como consequência direta e exclusiva do desenvolvimento tecnológico que, por sua vez, é impulsionado pela concorrência entre os setores capitalistas que buscam reduzir o valor de suas mercadorias. (Ibidem. Ibidem, p. 232).

Nessa mesma lógica a elevação da exploração da força de trabalho permite que o capital controle os efeitos da queda da taxa de lucro, fazendo com que os capitalistas busquem explorar os trabalhadores cada vez mais. Consolida-se, então, a contradição fundamental entre capital e trabalho. Em resumo, esta concepção da crise demonstra, também, a incapacidade do capital suportar, de maneira generalizada, a redução do desemprego e a elevação dos salários. Dillenburger complementa:

É um círculo vicioso: demite-se trabalhadores, substituindo-os por máquinas, reduzindo, assim, a proporção da força de trabalho em relação aos meios de produção, o que provoca a redução da taxa de lucro, forçando os capitalistas a aumentar o grau de exploração daqueles trabalhadores que permaneceram empregados. Como se vê, a totalidade da classe trabalhadora se torna vítima do capital, alguns por não terem direito ao trabalho, outros por terem o dever de trabalhar demais. Os meios de trabalho, como as máquinas e demais ferramentas, revelam-se aqui no seu verdadeiro papel, cumprindo a função de instrumentos de luta dos capitalistas contra os trabalhadores. (Ibidem, p. 235).

Diante disso, um possível questionamento é: como um elevado grau de desenvolvimento tecnológico – o qual possibilita a produção de mercadorias em um tempo extremamente reduzido –, acarreta uma sociedade, isto é,

trabalhadores, tão miserável e com tão pouco tempo livre? (Ibidem, p. 249). Qual seria, então, o papel da tecnologia no mundo do trabalho?

2.2 - TRABALHO E TECNOLOGIA

A invenção da técnica e da ciência permitiu que a produção se tornasse mais eficiente ao longo do tempo. O progresso técnico e científico tende a ser cada vez mais predominante no processo produtivo, promovendo, portando, a diminuição da participação do trabalho humano. A problemática de tal fato do processo de apropriação de valor dentro do sistema capitalista já foi constatada anteriormente¹; entretanto, é evidente que o investimento em novas tecnologias e na mecanização do processo produtivo reduz não apenas o dispêndio de força física, como também o tempo de trabalho humano empregado na produção.

O trabalho humano investido em outras áreas, sobretudo o trabalho intelectualizado, permite o aumento da força e da capacidade produtiva da sociedade como um todo. Isso porque o desenvolvimento intelectual e científico busca o desenvolvimento de tecnologias capazes de substituir o papel do indivíduo em grande parte do processo produtivo. Logo, surge a possibilidade de uma sociedade com menos tempo de trabalho humano na produção de seus meios de subsistência, isto é, que permite maior tempo livre.

Por um lado, portanto, ele traz à vida todas as forças da ciência e da natureza, bem como da combinação e do intercâmbio social, para tornar a criação da riqueza (relativamente) independente do tempo de trabalho nela empregado. Por outro lado, ele quer medir essas gigantescas forças sociais assim criadas pelo tempo de trabalho e encerrá-las nos limites requeridos para conservar o valor já criado como valor. As forças produtivas e as relações sociais - ambos aspectos diferentes do desenvolvimento do indivíduo social - aparecem como meios para o capital, e para ele são exclusivamente meios para poder reproduzir a partir de seu fundamento acanhado. (Marx, 2011b, p. 589).

Assim, a contradição no modo de produção capitalista se dá uma vez que a produção de valor, ou seja, o trabalho humano tem cada vez menos influência na capacidade produtiva da sociedade, mas é a partir do trabalho humano

¹ Tema discutido no item anterior (2.1).

empregado na produção que deriva o lucro do capital. Este busca, portanto, cada vez mais formas de manter, ou até mesmo aumentar o tempo de exploração da força de trabalho: *“Por isso, a maquinaria mais desenvolvida força o trabalhador a trabalhar agora mais tempo que o fazia o selvagem ou que ele próprio com suas ferramentas mais simples e rudimentares.”* (Ibidem, p. 591). A tecnologia perde, então, o sentido de “libertação” dos homens, sendo apenas objeto do lucro capitalista. Desse modo a tecnologia serve apenas para subordinar ainda mais os trabalhadores. Nessa lógica, esclarece Paulo Henrique Nogueira,

Podemos perceber que Marx chama a atenção para o fato de que a riqueza da sociedade não se atrela à extração de mais-valia, mas se relaciona com a possibilidade de expansão dos processos de produção e de sua produtividade. Acena com a possibilidade de que haja uma sociedade extremamente rica sem a exploração do homem pelo homem, mas é a partir do desenvolvimento dos meios de produção que há condições objetivas para que isso se dê. (Nogueira, 2001, p. 193).

2.3 - AS NOVAS FORMAS DO TRABALHO

A forma de trabalho manual do operário fabril clássico vem sofrendo inúmeras transformações ao longo do tempo. A sua diminuição quantitativa devido à automação da produção levanta debates, como o da substituição do trabalhador por robôs, ou de mudança para uma espécie de vigia que controla os equipamentos. Tais teses parecem comprovar o destino de redução global da quantidade de trabalho disponível. (Silva, 2010, p. 180).

Para Ricardo Antunes (2006) contudo, as formas que assume trabalho contemporâneo, na realidade, estão em congruência com as mudanças no sistema de metabolismo social, que necessita cada vez menos de trabalho estável e cada vez mais de suas formas diversificadas, ou seja, do trabalho complexificado, heterogeneizado e ainda mais intensificado. Dado que o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de produção, ele busca tanto incrementar *“o trabalho morto corporificado no maquinário tecno-científico”* (p. 160), quanto intensificar as formas de extração do sobre trabalho a partir do aumento da produtividade do trabalho. Além disso, afirma Antunes, as máquinas inteligentes não podem extinguir o trabalho vivo, visto que é preciso utilizar-se do trabalho intelectual, o qual transfere parte de seus atributos intelectuais à própria máquina criada no processo. Assim, há uma intensa relação entre

trabalho e ciência produtiva, que não leva à extinção do trabalho e que cria *“um processo de retroalimentação que gera a necessidade de encontrar uma força ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada”*. Nesse processo, o estranhamento e a alienação do trabalho se intensificam (p. 161).

Para André Gorz (2005), a capitalização do conhecimento, ou seja, a utilização proveitosa do conhecimento em forma de capital assume nos dias de hoje contornos bastante complexos. Isso porque todo o conhecimento passível de formalização pode ser multiplicado e utilizado ilimitadamente. Se sua ampla propagação, por um lado, é útil para a sociedade, por outro seu valor mercantil diminui à medida que se torna acessível a todos. Assim, para ser aproveitado como capital e, dessa maneira, vendido como mercadoria, o conhecimento deve se transformar em propriedade privada e se tornar escasso. (Gorz, 2005, p. 10).

Todavia as capacidades e saberes que resultam da experiência têm essência social, isto é, são produto de uma atividade coletiva e, portanto, não têm valor de troca. O conhecimento torna imensurável tanto o valor das forças de trabalho como seu produto; assim o caráter cada vez mais qualitativo e menos dimensionável de um produto que representa uma perspectiva de uma evolução da economia, podendo conceber e conduzir máquinas, instalações e os sistemas de produção flexíveis, assume, para a economia capitalista, um problema de valorização. O capital busca, portanto, se apropriar e impedir que ele se torne um bem coletivo.

CAPÍTULO 3

AMÉRICA LATINA: OUTRAS PERSPECTIVAS

As transformações observadas no mercado de trabalho não se manifestam da mesma maneira nas diferentes partes do mundo. Seus efeitos nos chamados centro e periferia do capitalismo são muito distintos. A partir disso, a América Latina será analisada frente às mudanças relativas ao seu mercado de trabalho, as quais evidenciam as disparidades entre os países centrais e os periféricos.

Vinícius V. Pereira (2019) aponta que para Ruy Mauro Marini, um dos principais nomes da Teoria da Dependência, a estrutura centro-periferia foi constituída no próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, a partir das relações mercantis entre estruturas sociais distintas e com diferentes estágios de forças produtivas no mercado internacional. (Pereira, 2019, p. 377). A América Latina se integra à dinâmica do capitalismo mundial no início do século XIX, justamente em um momento em suas economias começaram a apresentar saldos comerciais crescentemente positivos e, dessa forma, as dívidas externas eram um mecanismo de transferência de excedente para as metrópoles europeias. Marini argumenta que essa fase do intercâmbio mundial marcou o início da nova dependência (diferente da dependência do estágio colonial) da periferia em relação ao centro. (Ibidem, p. 364).

É a partir desse momento [1860 em diante e, mais intensamente, de 1902 a 1913] que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região. Em outras palavras, é a partir desse momento que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência [...] (Marini *Apud* Pereira, Idem, p. 365).

Com a divisão internacional do trabalho, o mercado impõe aos países subdesenvolvidos uma produção voltada apenas para as matérias primas e a

importação de bens manufaturados dos centros metropolitanos. Assim a economia latino-americana se torna, ao longo do século XIX, uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários, responsável por vender, a preços baixos, bens de consumo necessários à manutenção das classes trabalhadoras europeias e, dessa forma, reduzir os gastos em salário, além de fornecer matérias-primas e insumos à crescente indústria europeia (Idem. Idem, p. 366).

Uma parte da mais-valia produzida na América Latina era, então, direcionada para as economias centrais, tanto pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, como pelas práticas financeiras e ação dos investidores estrangeiros na produção. (Marini, 2013, p. 52). É possível entender, então, o subdesenvolvimento não como um estágio, uma etapa do capitalismo, mas, sim, como uma peça do funcionamento da engrenagem do sistema.

A acumulação capitalista tenderá, assim, a produzir essa polarização da riqueza, em uma região, e da pobreza, em outra, onde quer que ela opere. A relação centro-periferia seria então uma característica da forma de expansão e desenvolvimento desse modo de produção. (Pereira. Idem, p. 377).

Para Aníbal Quijano (1977), as características básicas e fundamentais da estrutura econômica da América Latina são: (1) a relação segmentária e precária com os meios de produção, que são derivados e servem os setores hegemônicos da economia global, (2) a articulação e subordinação segmentária e indireta aos mecanismos dominantes de organização econômica e (3) uma estrutura interna precária. Nesses países coexistem e se articulam níveis muito distintos de desenvolvimento, que correspondem a etapas históricas diferentes dentro do próprio modo de produção capitalista. Tais configurações da estrutura latino-americana definem seu caráter dependente (Quijano, 1977, p. 125-6).

Os novos setores de produção e as novas modalidades que aparecem como hegemônicas nessas economias não são derivados do desenvolvimento orgânico das modalidades competitivas de organização do capitalismo industrial e dos níveis tecnológicos que existiam previamente. São, porém, resultado de uma inserção abrupta na matriz produtiva latino-americana, a partir dos processos ocorridos nas formações dominantes e dos interesses sociais destes.

Assim, essas estruturas não geram a modernização da matriz produtiva como um todo e não erradicam as modalidades preexistentes. (Ibidem, p. 126-8).

O caráter dependente da economia latino-americana não está, portanto, relacionado apenas a uma subordinação que é determinada por pressões externas, mas também a um modo de dominação presente desde o interior de suas estruturas econômicas. A dominação imperialista na América Latina projeta, então,

...formaciones económico-sociales cuyos modos de articulación se caracterizan por la precariedad y la inconsistencia extrema de la estructura global resultante, como consecuencia del hecho de que sus elementos centrales o dominantes son en cada momento el producto de sus cambiantes modos de relación con los centros de dominación del sistema global. (Ibidem, p. 133).

3.1 - MÃO DE OBRA MARGINAL

O desenvolvimento desigual da estrutura econômica da América Latina implica em uma nova articulação das relações de produção e, conseqüentemente, das relações de trabalho. A partir das modificações nas estruturas produtivas, o mercado passa a exigir outros níveis de qualidade e quantidade da força de trabalho, os quais não correspondem a um desenvolvimento “orgânico” de dentro da economia dos países latino-americanos.

As tecnologias que chegam – abruptamente – na economia dependente ficam restritas apenas aos altos setores da economia, nas mãos de um reduzido conjunto de empresas monopolisticamente organizadas, cujos interesses são subordinados às economias dos centros metropolitanos. No caso da América Latina, as novas tecnologias, provenientes da revolução científico-tecnológica das economias metropolitanas, são o principal recurso produtivo, uma vez que definem o uso de todos os outros recursos. As mudanças na força de trabalho são, portanto, condicionadas pelas necessidades das novas modalidades monopolísticas que controlam os meios básicos de produção e reprodução da sociedade. Os interesses sociais de grupos dominantes e os recursos produtivos que a sociedade detém são responsáveis por determinar a composição da força de trabalho na economia. (Ibidem, p.142-4).

Resultado de la acción combinada de este control de intereses monopolísticos y del carácter abrupto de su injerto en América Latina, es la concentración de esa tecnología sólo en los más altos estratos de la economía, la concentración de sus productos en manos de reducidos grupos dominantes e intermedios de la sociedad, el incremento y la concentración de la acumulación de capital en manos de pocas empresas monopolísticas y la transferencia de la mayor parte del excedente hacia los centros metropolitanos del sistema y, en menor medida, hacia los grupos nativos subordinados a aquéllas pero dominantes dentro de la sociedad dependiente. (Ibidem, p.143).

A nova tecnologia eleva o nível de qualificação requerido, aumenta o nível de exploração do trabalho a partir do aumento da produtividade e dificulta seu acesso e do capital acumulado aos outros níveis que não o dominante. Quijano define, assim, o mercado de trabalho como *“al mismo tiempo, reducido, excluyente y concentrado en pocos centros del sector urbano de la sociedad.”* (Ibidem, p.144).

A modificação da estrutura do mercado de trabalho promove a redução da necessidade de quantidade da mão de obra em níveis hegemônicos, além do surgimento de exigências qualitativas de caráter abrupto e, dessa forma, descolada da realidade da força de trabalho daquela sociedade. Isso ocorre justamente em momento em que o volume classe trabalhadora com menor nível de qualificação se expande.

Outro importante efeito é o deslocamento da massa de mão de obra dos setores rurais aos setores urbanos e, conseqüentemente, a expansão destes. A reorientação da economia rural, com a introdução de métodos de aumento de produtividade (nova organização do trabalho e novos instrumentos) e com a concentração dos recursos produtivos, acarreta, juntamente com a expansão das relações monetárias de trabalho e mercado, a limitação quantitativa da força de trabalho. (Ibidem, p. 149).

Tal movimento não representa, contudo, uma transferência de mão de obra entre os setores primários e o secundário. Na América Latina, o ingresso de trabalhadores no setor secundário é muito menor que nos outros setores urbanos, pois, apesar da manufatura industrial ganhar hegemonia nesse momento, a maior parte da mão de obra no setor secundário na economia latino-americana é essencialmente no nível semi-fabril e artesanal, setores que não

têm capacidade para absorver grande parte dessa nova mão de obra urbana. (Idem, p. 145-6). Quijano explicita, então, a problemática:

...como los cambios en la economía rural producen un mercado de trabajo en cuya estructura no tienen más cabida contingentes crecientes de mano de obra, los cambios en la economía urbana engendran un mercado de trabajo en cuya estructura sus más altos niveles tienen carácter excluyente de mano de obra, sus niveles intermedios no tienen la estabilidad ni la capacidad de expansión necesarias para acoger de modo estable la mano de obra que afluye hacia ellos o de retener la que ya tiene, y donde por consecuencia es inevitable que se expanda y se diferencie um “mercado marginal” de trabajo para las ocupaciones y roles que conforman el “polo marginal” de la economía. (Ibidem, p. 152-3).

Surge, portanto, um setor crescente de mão de obra *sobrante* para os níveis hegemônicos de atividades monopolisticamente organizadas e *flutuante* em relação ao mercado intermediário, competitivamente organizado. (Ibidem, p. 153). Entretanto, com a constante depressão relativa do nível de ocupação no capitalismo competitivo, forma-se um setor de mão de obra excluído também neste nível do capitalismo latino-americano. Ao ser submetido à pressão do nível dominante (o monopolístico), o estrato do capitalismo competitivo não consegue ter as condições necessárias para assegurar sua expansão sem uma tendência à deterioração; isto é, devido à sua permanente subordinação às necessidades das modalidades monopolísticas e em confluência com os centros metropolitanos. (Ibidem, p. 161-2).

Quijano defende que essa mão de obra, a chamada “*mão de obra marginal*”, se diferencia do conceito marxista do “*exército industrial de reserva*”, uma vez que o último diz respeito a uma tendência constante no capitalismo e que promove uma situação transitória da mão de obra – a qual fica disponível para ser incorporada em momentos de expansão ou retração do sistema. Tal conceito representa uma das condições que garante a sobrevivência, ou seja, a reprodução do regime de produção capitalista. O exército industrial de reserva é, também, responsável por determinar os níveis de salário a partir da concorrência entre os trabalhadores. (Ibidem, p. 157).

Já a “*mão de obra marginal*” não é caracterizada como uma reserva, mas como uma mão de obra excluída permanentemente do processo de produção,

pois, com os avanços da composição técnica do capital, perde a possibilidade de ser absorvida por esses novos níveis produtivos hegemônicos. Não é configurada, então, como condição essencial para a existência do sistema. Além disso, a massa de trabalhadores excluídos não influencia o aumento da produtividade, pois esta cresce independente da concorrência entre os trabalhadores; a produção industrial, por sua vez, também não depende mais fundamentalmente da quantidade de mão de obra disponível, mas sim das inovações tecnológicas (Ibidem p. 158).

3.2 - A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Fica claro, então, que o desenvolvimento da indústria na América Latina não rompe com a subordinação ao capital exterior. O processo de industrialização desses países é baseado na necessidade dos centros capitalistas de exportar capital para a periferia (o que configura a base do imperialismo). Isto é, criar mercados para sua indústria pesada e exportar equipamentos e maquinários, em sua maioria já obsoletos nos países centrais. O trabalho latino-americano é, portanto, acoplado a essas estruturas vinculadas ao mercado exterior.

A exploração do trabalho nas periferias atua como um mecanismo contra a tendência da crise estrutural do capital. Isso porque a composição orgânica do capital nas indústrias do capitalismo dependente apresenta um peso maior de capital variável comparativamente às indústrias dos países centrais. Dessa forma, o trabalho excedente, uma porcentagem dessa mais-valia produzida na periferia é transferida para o mercado mundial atuando contra a tendência da queda da taxa de lucro. (Remijo, 2012, p. 5-6).

Buscando compreender as diferentes manifestações das relações de produção e, portanto, de trabalho nas economias dependentes, Ruy Mauro Marini aponta como especificidade do capitalismo dependente a *superexploração* do trabalho. Tal conceito é entendido como a negação ao trabalhador das condições necessárias para repor o desgaste da sua força de trabalho, pela forma da jornada estendida, intensificação do trabalho ou redução do consumo do trabalhador – isto é, a partir das formas de dispêndio de maior

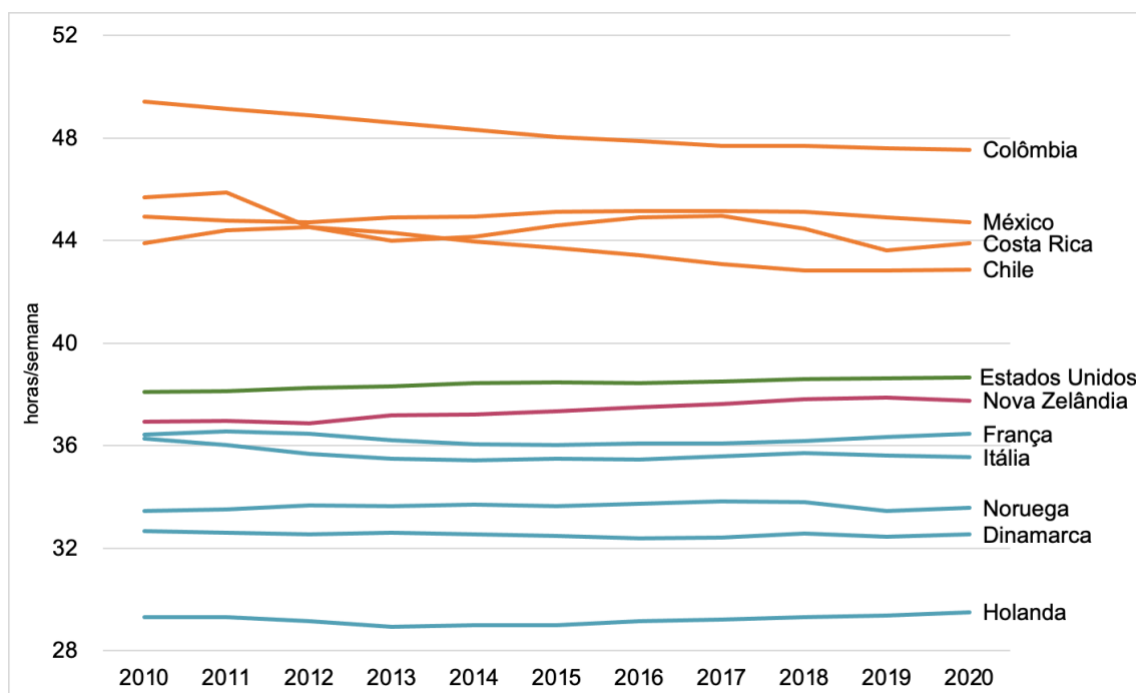
energia ou rebaixamento da remuneração salarial. (Bueno. 2016, p. 43). Citando Marini, afirma Alcides Remijo,

...os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exportação do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias-primas, na indústria extrativa e na agricultura o efeito do aumento do trabalho sobre os elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem capital adicional [...]. (Marini. Apud Remijo, 2012, p. 4).

Em *Subdesenvolvimento e Revolução* (2013), Marini coloca que a modificação dos tempos produtivos, ou seja, a redução do tempo em que o trabalhador reproduz seu próprio valor em relação ao tempo em que o trabalhador cria valor excedente (mais-valia) permite uma maior acumulação de capital na mão do capitalista. Ao considerar o salário como equivalente aos meios de subsistência para a reprodução do trabalhador, a mais-valia só pode ser alterada a partir do aumento da jornada de trabalho, ou da redução do tempo de trabalho necessário. (Marini. Idem, p. 172).

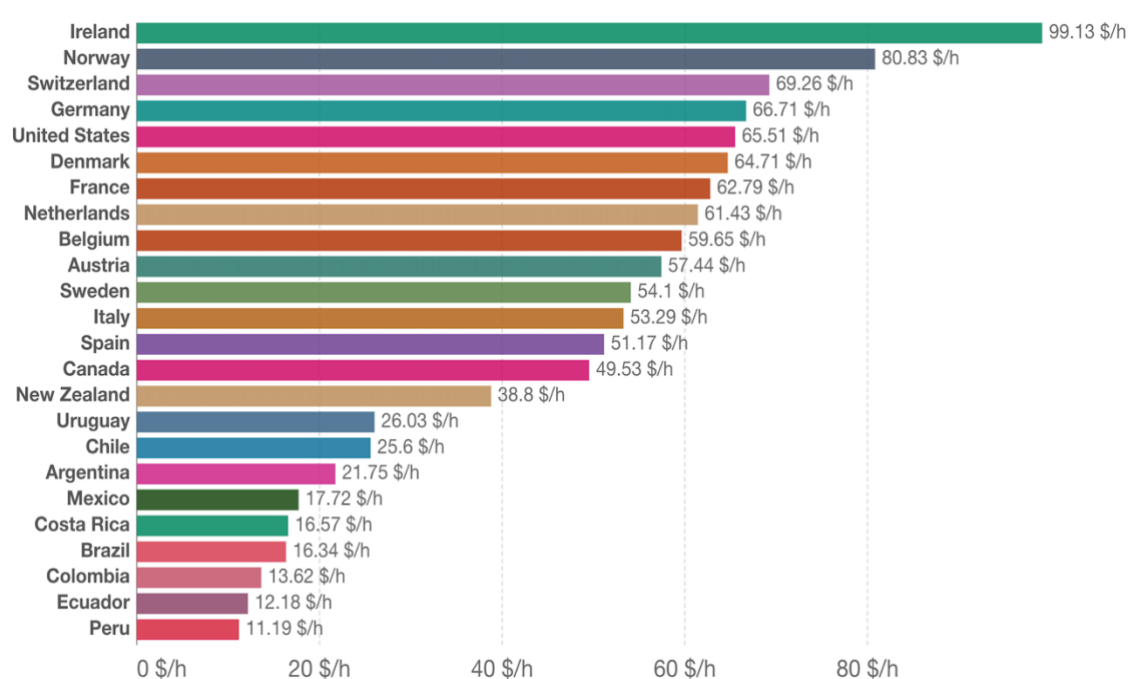
Como nas economias centrais a duração da jornada de trabalho foi regulamentada, a acumulação é derivada, majoritariamente, do barateamento da força do trabalho, da sua constante desvalorização. Nas economias da periferia, a partir da importação de mão de obra ou de tecnologias que limitam sua quantidade, a força de trabalho cresce abundantemente. Tal fato, aliado à falta de regulamentação das condições de trabalho, faz com que nessas economias a acumulação seja baseada, sobretudo, no prolongamento da jornada de trabalho, na mais-valia absoluta (explicitado abaixo, no gráfico 1). Além disso, nesse processo, a remuneração do trabalho se dissocia de seu valor real, entre o que é considerado como tempo de trabalho necessário e as efetivas necessidades de subsistência do trabalhador. (Idem, p. 173).

Gráfico 1- Média de horas semanais trabalhadas usualmente no trabalho principal (por país)

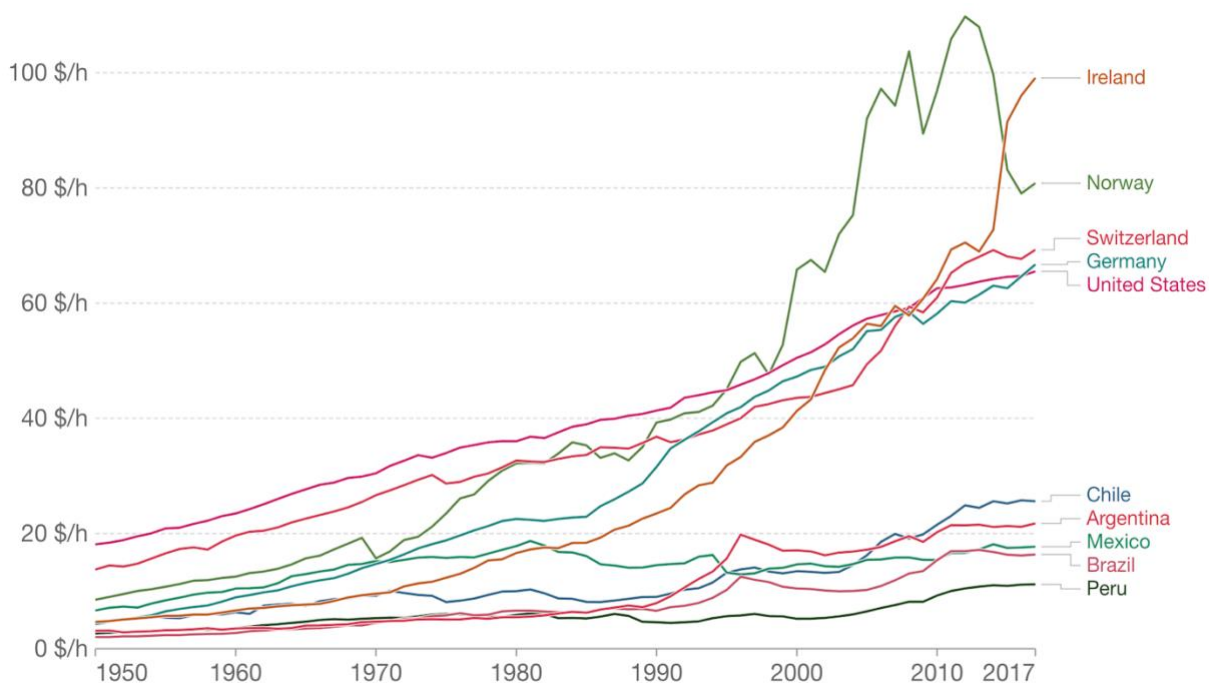


Fonte: OECD Economic Outlook. Elaboração própria. 05/2022.

O elemento central da superexploração do trabalho para Marini é a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, fazendo com que parte do consumo dos trabalhadores se torne fundo de acumulação, o qual é utilizado pela burguesia local para reduzir o processo de transferência de valor para as economias centrais. (Bueno. Idem, p. 41). Isto é, tem uma função compensatória no processo de troca desigual. Como a burguesia local não consegue aumentar a produtividade do trabalho com as tecnologias que chegam na periferia no ritmo dos países centrais, ela busca na superexploração compensar uma parte da mais-valia perdida. (Idem. Idem, p. 48).

Gráfico 2 - Produtividade por hora de trabalho (2017)

Fonte: Our World in Data.

Gráfico 3 - Evolução no tempo: produtividade por hora de trabalho (1950-2017)

Fonte: Our World in Data.

Todavia, a superexploração não se dá exclusivamente pela necessidade de compensação devido à troca desigual. Marini aponta que a instalação da

concorrência capitalista como princípio de organização econômica e a modificação da produção local em direção ao caráter mercantil são condições suficientes à ocorrência da superexploração do trabalho. A partir disso, fica evidente que tal fenômeno também ocorre nos países centrais. (Idem, p. 49).

A competição entre as grandes empresas se acentuou com o novo padrão tecnológico, o qual dificulta o estabelecimento de monopólios tecnológicos por um longo período. A concorrência intra-setorial, buscando gerar mais-valia extraordinária a partir de diferenciais tecnológicos nos setores mais intensivos em tecnologia, promove, como reação, a superexploração nos outros setores. Assim, *“a formação de um mercado verdadeiramente mundial coloca a possibilidade de mais valia extraordinária por toda a cadeia produtiva global das grandes empresas que esgrimam os avanços tecnológicos, incidindo inclusive sobre o centro capitalista”*. (Idem, p. 51).

Na esfera da circulação, Marini aponta que a superexploração do trabalho na periferia impede que o trabalhador realize seu duplo caráter, pois não consegue reproduzir os dois momentos do ciclo do capital, uma vez como produtor e outra como consumidor. A respeito observa Vinicius Pereira: *“Na fase da realização, o sacrifício do consumo individual do trabalhador em favor da exportação ao mercado mundial não permite que ele represente internamente seu papel dinâmico na transformação da forma mercadoria na forma dinheiro”*. (Pereira, 2019, p. 372). Tal fato altera a produção nesses países, que passa a ser orientada apenas pelo o consumo das economias centrais e não mais pela capacidade interna de consumo. Isto é, os trabalhadores da periferia se tornam irrelevantes para a realização da produção (Ibidem, p. 374).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar as transformações no trabalho no mundo capitalista, o qual é responsável por criar as condições materiais e organizar as relações sociais. Mas no capitalismo é evidente que o trabalho ganha, também, uma dimensão perversa de exploração e submissão. Isso ocorre uma vez que o trabalho humano permite a reprodução do capital ao produzir mais-valia; dessa forma, seu uso sistemático gera lucros e a continuidade do processo de acumulação. O trabalho se volta, portanto, à produção de mercadorias, ou seja, valores de troca – e não mais apenas aos valores de uso necessários para a reprodução da vida humana. Ele perde seu elemento humanizador, de condição fundamental e essencial ao desenvolvimento da espécie humana e passa a ser cooptado pelo capital.

O capital busca, então, explorar cada vez mais a força de trabalho, sendo uma maneira de sobreviver às contradições derivadas do próprio modo de funcionamento da produção capitalista. Por isso, ao longo da história, novas formas e ferramentas para apropriação e exploração do trabalho foram aplicadas à produção: o Taylorismo, que sistematizou técnicas de aumento de produtividade, com a criação de métodos de organização do trabalho de forma repetitiva e com separação entre a subjetividade do trabalhador e a produção; o Fordismo, que intensificou os métodos de controle e criou um novo tipo de trabalhador e novo modo de vida, levando-o a se tornar também consumidor; e o Toyotismo que amplia as dimensões de exploração ao se apropriar da subjetividade do trabalhador. Já nos dias de hoje, os novos sistemas de automações e de tecnologia promovem uma maior flexibilidade do trabalho, isto é, trabalhos precários e desregulamentados.

Todavia, apesar do esforço do capital, as contradições desses modelos de produção continuam evidentes. A exclusão de uma grande massa de trabalhadores do mercado de trabalho e a baixa remuneração dos que trabalham são derivadas da busca por aumento da produtividade, isto é, pela busca de inovações técnicas e pelo barateamento dos bens de consumo necessários para a reprodução da classe trabalhadora. Tal fato exclusão implica em uma parte da população que não participa do processo produtivo da sociedade. Assim se

coloca o paradoxo de uma sociedade de trabalho sem trabalho. Isto é, uma sociedade com alto nível de desemprego, trabalhos precários e informais.

A existência dessa massa de trabalhadores, exército industrial de reserva, é parte fundamental do modo de produção capitalista, mas, ao mesmo tempo, o deteriora. Tal contradição é explicada uma vez que os altos níveis de desempregados regulam os salários para baixo e, ao mesmo tempo, permitem que a economia capitalista disponha de força de trabalho em momentos de expansão. Mas ao expulsar os trabalhadores da produção, estes não participam do consumo e o valor não se realiza.

Essa expulsão é advinda, na sua maior parte, das revoluções tecnológicas. As tecnologias, apesar de terem o potencial de reduzir o tempo de trabalho necessário e a quantidade de mão de obra, atuam em sentido oposto. Ao invés de libertar os homens, de reduzir a porcentagem da vida destinada ao trabalho, a tecnologia acaba por aumentar o grau de exploração, seja pelo aumento do tempo de trabalho não pago, devido ao aumento de produtividade, seja pelo aumento da intensidade do trabalho. Elas também são responsáveis pelo surgimento de novos tipos de trabalho, os quais rapidamente são apropriados pelo capital.

Por fim, foi analisado que as transformações sofridas pelo trabalho nas economias capitalistas centrais não são as mesmas que em economias periféricas. Ao analisar a América Latina, a partir de uma relação de dependência com as economias desenvolvidas, fica claro que o parque industrial e suas forças produtivas seguem a lógica do capital – sobretudo do capital externo monopolista. Isso porque as relações mercantis entre os diferentes países e suas diferentes etapas de desenvolvimento promovem a imposição dos interesses das nações dominantes. Essas, ao buscarem exportar capital, implantam tecnologias de seus países para as economias periféricas, muitas das quais já obsoletas fazendo com que o funcionamento do mercado e das estruturas locais estejam sempre voltadas aos interesses dos países centrais. Outra implicação é um constante desenvolvimento desigual, ou seja, a coexistência de estruturas atrasadas e desenvolvidas – estas nunca tão desenvolvidas como no centro capitalista.

A economia periférica, ao se subordinar ao centro, perde, então, toda sua autonomia e, conseqüentemente, sua capacidade de desenvolvimento orgânico

interno. Além disso, o mercado interno deixa de precisar da mão de obra local, uma vez que esta não acompanha tais transformações tecnológicas impostas pelo centro capitalista. Surge assim, uma massa de trabalhadores permanentemente excluídos, uma “mão de obra marginal” (Aníbal Quijano).

O descompasso entre a produtividade e as estruturas das economias periféricas em relação às centrais afeta, também, as condições daqueles que trabalham. Esses são superexplorados, seja pelo aumento da intensidade do trabalho, seja pela remuneração abaixo de seu valor ou por sua exclusão do consumo, de modo que a força de trabalho da periferia se degrada rapidamente. Degradação, neste caso, explicita salários insuficientes para o consumo básico dessa população, aumento de acidentes e doenças de trabalho. Situação esta de uma população miserável que trabalha a maior parte do tempo de suas vidas e em condições precárias, mas que continua não tendo acesso ao básico de qualidade de vida.

Em síntese, fica evidente que o trabalhador, submetido aos interesses e necessidades do capital, permanece instrumento desumanizado. A orientação do processo de acumulação (objetivo do sistema capitalista), que visa unicamente a obtenção de mais-valia e de lucro para os capitalistas, impede tanto o pleno desenvolvimento das estruturas dos países subdesenvolvidos e periféricos, quanto a melhora das condições de existência dos trabalhadores.

O trabalho, como categoria fundamental no processo de desenvolvimento de seres humanos, deveria se pautar a partir do bem-estar da sociedade. Torna-se necessário pensar em novas formas de organização social e de produção, nas quais o trabalho humano busque apenas reproduzir a vida humana com qualidade e promover o desenvolvimento da sociedade e das forças produtivas como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. "Toyotismo como Ideologia orgânica da Produção Capitalista". *Revista Org & Demo*. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências-UNESP, v. 1 n.1, p. 3-15, 2000.

<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/455>> Acesso em: 18 jun. 2021.

_____. "Resenha de ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?" *Temáticas*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Unicamp, v. 2. p. 181-4, jul./dez. 1994.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11 ed. São Paulo/Campinas: Cortez/Editora da Unicamp, 2006.

_____. "As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação)". *Caderno CRH*. Salvador: UFBA. v. 15, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002.

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18601>> Acesso em: 18 jun. 2021

_____. *Os sentidos do trabalho*: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. "Resenha de KURZ, Robert. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial". *Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, v.1, n.1, p. 135-41. 1994.

<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/resenha13Resenha6.pdf> Acesso em 28 nov. 2021

BATISTA, Erika. "Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades". *III Simpósio Lutas Sociais na América Latina*. Londrina: UEL, v. 2, p. 1-12. 24-26 de setembro de 2008. [Caderno de Resumos].

<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf> Acesso em: 18 jun. 2021

BUENO, Fábio Marvulle. *A superexploração do trabalho: polêmicas em torno do conceito na obra de Ruy Mauro Marini e a vigência na década de 2000*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2016. 250 p. [Tese de Doutorado em Sociologia]. <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/22734>>. Acesso em: 15 mai. 2022.

CARVALHO, Ana Paula Monteiro de; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; RABELO, Josefa Jackline Rabelo. "A reificação das relações sociais: fragmentação das subjetividades no processo de produção e reprodução do capital". *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*. Salvador: UFBA, v. 10, n. 3, p. 186-94. dez. 2018.

<<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/26741>> Acesso em: 18 jun. 2021.

DILLENBURG, Fernanda Frota. A dialética da crise econômica nas seções II e III do livro III d'O *Capital* de Marx. *Revista Opinião Filosófica*. Porto Alegre: PUC-RS, v. 8, n. 2, p. 225-50. jan. 2018.

<<https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/803>>

Acesso em: 28 nov. 2021.

GARCIA, Ivan Simões; MOREIRA, Eduardo Ribeiro. "A Categoria Trabalho em Lukács segundo a Dialética Marxista". *Revista Direito e Práxis*. Rio de Janeiro: Grupo de Pesquisa Direito e Práxis-UERJ, v. 11, n. 2, p. 854-79. abr./jun. 2020.

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S217989662020000200854&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 18 jun. 2021.

GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luís dos. "Indústria 4.0, manufatura avançada e seus impactos sobre o trabalho". Campinas: Unicamp - IE, n. 371, nov. 2019. [Texto para Discussão].

<<https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/TD/TD371.pdf>>

Acesso em: 18 jun. 2021.

GORZ, André. *O Imaterial*. Conhecimento, Valor e Capital. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Metamorfoses do trabalho*: crítica da razão econômica. São Paulo: Annablume, 2003.

GRUPO KRISIS. *Manifesto contra o trabalho*. Tradução de Heinz Dieter Heidemann e Cláudio Duarte. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

_____. *17 contradições e o fim do capitalismo*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2016.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MACHADO, Arminda Rosa Rodrigues da Mata. "Reificação e mundo do trabalho". *Pensar-Revista Eletrônica*. Belo Horizonte: FAJE, v. 8 n. 1, p. 41-56. 2017.

<http://www.faje.edu.br/simposio2014/textos/nao_doutores/arminda.pdf>

Acesso em: 18 jun. 2021

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

MARQUES, Pedro. *Dependência e Superexploração do Trabalho no Capitalismo Contemporâneo*. Brasília: Ipea: ABET, 2013.

MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1. Trad. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da econômica política*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz. "A Educakurz e o Grupo Krisis: O fim da sociedade do trabalho e de sua emancipação". *Trabalho & Educação*. Belo Horizonte: UFMG, n. 8, p. 180-96. jan./jun. 2001.

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/download/9190/6611/26545>> Acesso em: 28 nov. 2021.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. "Transformações no mundo do Trabalho, da Revolução Industrial aos nossos dias". *Caminhos de Geografia*. Uberlândia: UFUB, v. 5, n. 11, p. 84-96. fev. 2004.

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15327>> Acesso em: 18 jun. 2021.

Organisation for Economic Co-operation and Development. Average usual weekly hours worked on the main job, 2022.

< <https://www.oecd.org>> Acesso em; 30 mai. 2022

Our World in Data. Productivity per hour worked, 2022.

< <https://ourworldindata.org>> Acesso em: 30 mai. 2022.

PEREIRA, Vinícius Vieira. *A construção da concepção centro e periferia no pensamento econômico: das teses do imperialismo às teorias da dependência*. Vitória-ES: EDUFES, 2019.

QUIJANO, Aníbal. "Polo Marginal" y "Mano de Obra Marginal". In: *Imperialismo y marginalidad en América Latina*. Lima: Mosca Azul Ediciones, 1977.

REMIJO, Alcides Pontes. "A situação da classe trabalhadora no Brasil: sob o prisma de Rui Mauro Marini a superexploração do trabalho". *Seminário de Saúde do Trabalhador de Franca*. Franca-SP: UNESP, v. 8. 2012.

<http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000112012000100003&lng=en&nrm=abn> Acesso em: 15 mai. 2022

RIBEIRO, Andressa de Freitas. "Taylorismo, fordismo e toyotismo". *Lutas Sociais*. São Paulo: PUC-SP, v. 19, n. 35, p. 65-79, nov. 2015.

<<https://revistas.pucsp.br/index.php/l/article/view/26678/pdf>> Acesso em: 18 jun. 2021.

SILVA, Josué Pereira da. "A crise da sociedade do trabalho em debate". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo: n. 35, p. 167-81. dez. 2010.

<<https://doi.org/10.1590/S0102-64451995000100008>> Acesso em: 28 nov. 2021

SCHWARZ, Roberto. "Prefácio". In: KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.